

**COMPARATO, Fábio Konder. Educação, estado e poder.
São Paulo: Brasiliense 1987. 120 p.**

Fábio Konder Comparato é professor titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e doutor em Direito pela Universidade de Paris. Publicou vários livros jurídicos, além de "Muda Brasil — Uma Constituição para o Desenvolvimento Democrático" e "Para Viver a Democracia".

O livro "Educação, Estado e Poder" reúne os conteúdos de três conferências proferidas por Comparato, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como parte de um programa de apoio ao aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores, em áreas interdisciplinares, com vistas a uma melhor compreensão do processo educativo.

Está estruturado em três partes que correspondem às referidas conferências, com os títulos: "Poder e legitimidade na sociedade contemporânea"; "A evolução do Estado republicano no Brasil"; e "Estado e sociedade civil no desempenho das tarefas educacionais". Nelas analisa importantes conceitos de Ciência Política, fornecendo elementos valiosos para a compreensão das relações entre os regimes políticos e a ação educativa do Estado, no processo de evolução do poder político no Brasil República, onde situa os grandes dilemas educacionais já enfrentados.

Na primeira parte o autor trabalha o conceito de poder e seus elementos constitutivos — força e autoridade — na composição da sociedade política analisando questões como "o que é" e "quem exerce e/ou deve exercer o poder político". Traz assim para o primeiro plano dois elementos imprescindíveis à análise proposta: a legitimidade do poder e a titularidade no poder. Apresenta, então, respostas sociológicas, além de interpretações religiosas e teleológicas para o tema, destacando de cada uma, os valores sociais correspondentes. Faz emergir dessa reflexão o elemento que considera "o grande valor justificador do exercício do poder político" — a democracia — tecida pelo poder ativo e pelo poder consenciente que se distinguem pelo mecanismo de representação política, ou seja, pela regulação do poder exercido em nome do povo. Conclui afirmando que "a democracia exclusivamente direta é obviamente

inviável nas sociedades modernas" e que, atualmente, a problemática se coloca em termos da combinação da democracia direta com a democracia representativa, cuja função resultaria na democracia participativa, a ser vivenciada por meio de inúmeros mecanismos e técnicas jurídicas e de participação popular, capazes de corrigir a tendência ao abuso, que é inerente ao exercício de qualquer poder.

Na segunda parte, o autor contempla elementos que compõem o regime político republicano brasileiro em suas diversas fases, as idéias dominantes em cada uma delas e as diferentes orientações que a educação vem recebendo desde então, até meados da presente década. Na primeira fase (1881-1930) destaca a descentralização oligárquica como a idéia-força daquele momento. Na segunda (1930/45) aponta a centralização de poderes, a uniformização política e o desprezo pelo papel ativo e criador do povo como traços marcantes da mentalidade de então. Na terceira (1946/64) mostra do liberalismo populista, a idéia base de nunca afrontar os movimentos populares, mas usá-los em proveito próprio, ou seja dos chefes populistas. Depois de reconstituir o processo de desagregação do Estado que antecede a ditadura, analisa esse período (1964-85), que classifica de regime militar-empresarial. Neste, as idéias dominantes são: o reforço do poder econômico pela aceleração do processo de industrialização, privilegiando os grandes complexos empresariais, sobretudo os estrangeiros; a formação de um complexo industrial militar, estreitando as ligações entre o empresariado e as forças armadas; e o crescimento da capacidade energética, reforçando consideravelmente a economia nacional com pesadíssimos custos sociais, crescente descontrolado inflacionário e superendividamento externo.

Do mesmo modo que nas outras fases as idéias dominantes orientam a direção da educação, o regime fundado no paradigma da empresa marca o Sistema de Ensino, ocasionando distorções no seu funcionamento. A atual Constituição se afigura para o autor como um momento importantíssimo no sentido de assegurar as mudanças substanciais necessárias, vislumbrando ainda, como fatores decisivos para a organização política do Brasil: o aumento da capacidade de organização social (fenômeno novo no país); a consciência e a exigência de uma maior igualdade; a reforma agrária; a exigência de participação popular no exercício das funções públicas e de um planejamento democrático em todos os níveis e em todos os setores sociais. Esses fatores concorreriam para o equacionamento da questão educacional no futuro próximo.

Na terceira parte o autor trata da educação e da política de modo geral, para depois situar tais temas no Brasil. Toma

como referencial o pensamento de Montesquieu no que tange à classificação dos regimes políticos e suas relações com a educação, destacando a originalidade da contribuição desse pensador em relação aos filósofos gregos, ao buscar distinguir em cada um dos regimes — republicano, monárquico e despótico — um elemento unificador, representativo de cada sistema e, conseqüentemente, da educação a ser vivenciada. Montesquieu anunciou, também, a transformação que marcou toda a evolução política dos regimes modernos, quando caracterizou a transformação da aristocracia em oligarquia como o processo no qual o poder do dinheiro torna-se mais decisivo do que a filiação a determinada origem, prenunciando assim, o que ocorre na sociedade contemporânea. Nesta, Comparato destaca o predomínio da tecnologia como o aspecto que mais a diferencia do passado, sobretudo pelo fato de que hoje, os desejos e as necessidades sociais são também, artefatos, ou seja, são produzidos artificialmente, antecedendo a criação dos objetos e serviços que os satisfarão. A organização social torna-se um grande artefato, com influência decisiva dos meios de comunicação de massa que passam a preponderar sobre os centros tradicionais de instrução e educação-família e escola. Considerando a ação política e a ação educacional como reciprocamente determinantes, Comparato expressa seu pensamento quanto ao potencial transformador da educação, dando como exemplo a utilização do método Paulo Freire e a reação contra a educação nele pautada, no início dos anos 60. Introduce, a partir daí a análise sobre a educação e a política no Brasil, numa perspectiva histórica situando a passagem da oligarquia para a democracia no regime republicano e os grandes dilemas que marcaram a evolução da educação até os nossos dias. Destes destaca as questões relativas a: centralização X descentralização; escola pública X escola privada; e educação elitista X educação massificante.

Além de contribuir efetivamente para a compreensão da evolução da educação brasileira, o livro de Comparato aponta alternativas de ação para democratização da educação e da sociedade. Sua linguagem clara e a forma didática de apresentação dos temas tomam-no material valioso para estudos e trabalhos acadêmicos nas áreas de Educação, História e Política.

Lêda Rejane Accioly Sellaro
Mestre em Educação pela UFPE e Professor Assistente do Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional.